



**Órgão Oficial do Município de Itajaí - Ano XXV - Edição 2996 - 29 de julho de 2025**

## ATOS DO CMDES



ATA DA 124ª. REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE  
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - CMDES

[illegible][illegible]

um cenário modesto, a implantação do programa poderia gerar uma despesa anual superior a R\$ 6,5 milhões, o que foi considerado financeiramente inviável. Além disso, destacou-se a ausência de uma exigência clara de proatividade dos beneficiários na busca por inserção no mercado de trabalho, e que poderia desestimular a busca efetiva por emprego durante os dois anos de participação permitidos pelo programa. A Secretaria manifestou parecer contrário à aprovação da minuta em sua forma atual, ressaltando a necessidade de maior aprofundamento técnico e de integração com as políticas públicas já em andamento. Ressalta-se, contudo, que o projeto de lei foi encaminhado ao Conselho Municipal apenas para fins informativos, e que o colegiado, até o momento, não emitiu parecer formal sobre o conteúdo da proposta. **6º OFÍCIO. ANÁLISE PROJETO DE LEI - INCENTIVO FISCAL PARA EMPRESAS DOS SETORES TECNOLÓGICOS.** O Presidente informou que o CMDES recebeu para análise um projeto de lei relacionado à concessão de incentivo fiscal para empresas dos setores de tecnologia e finanças. Destacou-se que a nova legislação ainda está em construção e que a proposta faz alusão à participação de empresas de base tecnológica e que a proposta faz alusão à participação de empresas de base tecnológica em programas de desenvolvimento municipal. Foi explicado que a tecnologia está alinhada com o conceito do *Marco Legal da Inovação*, um dos conjuntos de legislações destinadas a apoiar empresas de base tecnológica, já adotada por instrumentos mencionados por ele chamada "lei de ISS tecnológico", já adotada por municípios como Florianópolis, Maringá e Londrina, que viabiliza a concessão de incentivos fiscais — especialmente a redução do ISS — de forma mais célere a empresas com projetos tecnológicos. Segundo os participantes, a intenção do Executivo Municipal é apresentar uma proposta de lei que permita a redução do alíquota do ISS para 2% para essas empresas. Também foi comentado que o incentivo poderá se estender ao IPTU, mesmo que o imóvel utilizado pela empresa não seja de sua propriedade. O debate trouxe exemplos de cidades que já implementaram esse modelo, destacando que ele favorece a atração de empresas e profissionais que atuam remotamente, contribuindo para o crescimento do setor em Itajaí. Reforçou-se que esse tipo de empresa se caracteriza por ser de fácil instalação e alta capacidade de geração de emprego e arrecadação. Também foi discutida a contrapartida exigida nesse tipo de incentivo, como a exigência de número mínimo de funcionários, e o objetivo estratégico de reequilibrar a matriz econômica do município. Nesse sentido, o projeto foi apresentado como uma resposta à possível perda de arrecadação gerada pela reforma tributária, buscando fortalecer setores alternativos ao comércio exterior. O conselho Victor questionou a abrangência da proposta, especificamente se as *fintechs* deveriam ser contempladas, considerando que muitas delas são empresas consolidadas, com menor perfil de risco do que *startups tecnológicas* em estágio inicial. Em resposta, foi esclarecido que, por terem base tecnológica, as *fintechs* se enquadram na proposta apresentada. Ressaltou-se que qualquer projeto de empresa que deseje obter o benefício deverá ser submetido à análise e deliberação do Conselho, não havendo aprovação automática. Ao final, os conselheiros manifestaram apoio à havendo aprovação automática. Ao final, os conselheiros manifestaram apoio à havendo aprovação automática. Ao final, os conselheiros manifestaram apoio à

**ITEM 3 DA PAUTA: DELIBERAÇÃO SOBRE OS PEDIDOS DE ISENÇÃO FISCAL DAS SEGUINTE EMPRESAS:** Inicialmente, o Presidente informou que o valor disponível para Renúncia ainda em 2025, é de R\$ 1.324.579,27. Primeiro projeto



avaliado. **EMPRESA TEPORTI INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA** (08.984.711/0001-50). A empresa requereu os benefícios previstos no artigo 9º, inciso I, alíneas "a", "c", "d", "e" e "f" da lei 065/2005. Após a leitura do parecer emitido pela Secretaria da Fazenda, manifestou-se pelo indeferimento do benefício em razão de que (1) ausência de justificativa detalhada para o pleito; (2) baixa projeção de geração de empregos; (3) imóveis beneficiados não são de uso direto da requerente, mas locados a terceiros; (4) não há menção a aquisição de imóveis que justificaria a isenção do ITBI; (5) inexistência de cobrança de contribuição de melhoria no município. O cálculo de impacto financeiro elaborado pela Autoria Fiscal da Fazenda informou que a renúncia fiscal estimada para o período de 2025 a 2027 ultrapassa R\$ 2,6 milhões. Diante da análise, a Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE) alinhou-se ao entendimento da Secretaria da Fazenda. Em seguida, foi colocado o projeto em votação e, por unanimidade dos votos dos conselheiros presentes, decidiu-se pelo indeferimento dos pedidos. Segundo projeto avaliado. **EMPRESA AZIMUT DO BRASIL FABRICAÇÃO DE IATES LTDA** (11.568.948/0001-64). A empresa requereu os benefícios previstos no artigo 9º, inciso I, alíneas "a", "b", "c", "d", "e" e "f" da lei 065/2005. Os benefícios de isenção de IPTU foram requeridos para os imóveis próprios. O parecer emitido pela Secretaria da Fazenda, manifestou-se pelo deferimento parcial do benefício, sendo para conceder (1) a Redução da alíquota do ISSQN de 3% para 2%; (2) Isenção de 100% da TLLFF (Taxa de Licença para Localização e Funcionamento); e (3) Isenção de 50% do IPTU, restrita aos imóveis de cadastro nº 7875 e nº 797080, exclusivamente para os exercícios de 2026 e 2027 e indeferir: (1) Isenção do ITBI, em razão da ausência de comprovação de fato gerador futuro; (2) Isenção da Taxa de Obra, pela inexistência de dados técnicos referentes da construção; (3) Isenção de tributos cujo fato gerador já havia ocorrido antes da formalização do pedido. A Secretaria de Desenvolvimento econômico acompanha o parecer da Secretaria da Fazenda, mas reitera que a concessão da redução do ISSQN restringe-se ao ano de 2025. Os pareceres favoráveis foram fundamentados em aspectos relevantes do projeto, tais como: a expressiva projeção de investimentos privados, estimados em R\$ 30,4 milhões até 2027; a manutenção de 600 empregos diretos, com ênfase na contratação de mão de obra local. A mais de 600 empregos diretos, com ênfase na contratação de mão de obra local. A integração com empresas locais prestadoras de serviços, gerando impactos positivos na cadeia produtiva náutica do município. Em seguida, foi colocado o projeto em votação e, por unanimidade dos votos dos conselheiros presentes, decidiu-se pelo deferimento parcial do pedido da empresa, concedendo a redução da alíquota do ISS de 3% para 2% exclusivamente para o exercício de 2025; a Isenção de 100% da Taxa de Licença para Localização e Funcionamento (TLLFF), para os exercícios de 2026 e 2027 e a Isenção de 50% do IPTU, restrita aos imóveis cadastrados sob os números 7875 e 797080, também limitada aos exercícios de 2026 e 2027. Terceiro projeto avaliado. **EMPRESA TEPORTI TERMINAL PORTUÁRIO DE ITAJAÍ LTDA** (08.788.529/0001-00). A empresa requereu os benefícios previstos no artigo 9º, inciso I, alíneas "a", "c", e "f" da lei 065/2005. Feito a leitura do Parecer emitido pela Secretaria da Fazenda, manifestou-se pelo deferimento parcial do benefício, sendo para conceder (1) a Redução da alíquota do ISSQN de 3% para 2% e indeferir (1) Isenção do ITBI, em razão da ausência de comprovação de fato



gerador futuro; e (2) Isenção da Taxa de Obra, pela inexistência de dados técnicos referentes à construção. Diante da análise, a Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE) alinhou-se ao entendimento da Secretaria da Fazenda, mas reitera que a concessão da redução do ISSQN restringe-se ao ano de 2025. Em seguida, foi colocado o projeto em votação e, por unanimidade dos votos dos conselheiros presentes, decidiu-se pelo deferimento parcial do pedido da empresa, concedendo a redução da alíquota do ISS de 3% para 2% exclusivamente para o exercício de 2025; A pauta da reunião previa a deliberação dos pedidos da empresa EQ INVESTIMENTOS CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES IMOBILIÁRIOS S.A. (47.965.438/0001-78). O Presidente informou que o processo precisou ser retirado da pauta, pois ficou pendente o parecer da Secretaria da Fazenda, o qual não foi emitido a tempo para análise pelo parecer da Secretaria da Fazenda. O Quarto projeto avaliado. EMPRESA CENTRO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL FILADÉLFIA LTDA EPP (05.840.628/0001-19). A empresa requereu os benefícios previstos no artigo 9º, inciso II alínea "h". Trata-se do pedido da concessão de um terreno, devendo obedecer a metragem solicitada entre 5.000m² e 7.000m² voltada para a instalação de uma unidade de capacitação profissional. Foi esclarecido que o município conta com uma Comissão de Gestão de Terrenos, composta por representantes de diversas secretarias. Encaminhado o processo para o comitê, este retornou com a informação de que não há imóveis públicos disponíveis que atendam aos critérios e a metragem solicitada. O Conselheiro Antônio Ayres questionou se o município não possui um terreno com área solicitada. A Vice-presidente solicitou que a Secretaria de Desenvolvimento Econômico passe a integrar a comissão, de modo a participar da avaliação conjunta dos imóveis disponíveis e prestar esclarecimentos ao Conselho. O Conselheiro Ricardo Rebelo informou que integra o Comitê pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano e reiterou que o município não dispõe de imóveis com as condições e localidade pretendidas pela requerente. Em seguida, o projeto foi colocado em votação e, por unanimidade dos votos dos conselheiros presentes, decidiu-se pelo indeferimento do pedido. ITEM 4. RATIFICAÇÃO PARA 2025 DAS EMPRESAS QUE COMPROVARAM REGULARIDADE NO BENEFÍCIO ATIVO EM 2024. EMPRESA ZF HUB LOGÍSTICA E TRANSPORTADORA LTDA (CNPJ 15.644.666/0001-50). O Presidente informou que a pauta previa a deliberação sobre a ratificação do benefício concedido à empresa ZF Hub Logística e Transportadora Ltda. A Secretaria do Conselho esclareceu que a empresa protocolou o requerimento de ratificação utilizando CNPJ distinto daquele que figura como beneficiário do incentivo fiscal. Durante a análise pela Auditoria da Secretaria da Fazenda, foi identificada essa divergência de dados. Diante da inconsistência, o processo foi incluído na pauta para deliberação do Conselho. No entanto, constatado o erro de CNPJ, deliberou-se pelo retorno do processo à fase de análise dos repasses. A solicitação será apreciada na próxima reunião do Conselho. ITEM 5. ALTERAÇÃO DAS DATAS DE REUNIÕES. A Vice-Presidente solicitou a inclusão do item na pauta, com a finalidade de propor a alteração da data das reuniões ordinárias do CMDES, atualmente realizadas na primeira quarta-feira de cada mês. A proposta foi para que as reuniões passem a ocorrer na terceira, quarta-feira de cada mês, com o seguinte calendário previsto: 20/08/2025, 17/09/2025, 15/10/2025, 19/11/2025 e 17/12/2025. A motivação da alteração



está relacionada ao conflito de datas com o colegiado de Secretários de Desenvolvimento Econômico da AMFRI. Em seguida, foi colocado em votação e, por unanimidade dos votos dos conselheiros presentes pela alteração da data de reunião do CMDES. ITEM 6 DA PAUTA: ASSUNTOS GERAIS / PALAVRA LIVRE. Diante dos pareceres apresentados, a Presidência deu início ao momento de assuntos gerais, colocando-se à disposição dos(as) conselheiros(as). O Conselheiro Artur questionou se houve avanços quanto à revisão da Lei Complementar nº 065/2005, que trata da concessão de incentivos fiscais via ISS para empresas estabelecidas em Itajaí. Em resposta, o Conselheiro Rodrigo esclareceu que a proposta de revisão ainda se encontra em análise pelo grupo de trabalho responsável, vinculada também à elaboração de uma nova Lei de Inovação. Esta última, por sua relevância estratégica, avançou mais rapidamente e já conta com apoio técnico de consultoria. A expectativa é que, até o mês seguinte, uma minuta seja apresentada, debatida pelas secretarias envolvidas e posteriormente retornada ao Conselho para deliberação. Durante o debate, diversos(as) conselheiros(as) manifestaram preocupações quanto à forma como os recursos oriundos da referida lei vêm sendo destinados às instituições esportivas. Destacou-se a necessidade de maior fiscalização e de revisão dos critérios de repasse, considerando que há casos de concentração dos recursos em poucas entidades ou distribuição sem a devida comprovação de projetos vinculados. Foi ressaltado que, conforme previsto na própria Lei Complementar nº 065/2005, é vedado o acúmulo de benefícios oriundos de outras legislações de incentivo. No entanto, identificou-se a ausência de mecanismos eficazes de controle e cruzamento de dados, o que dificulta a verificação do cumprimento dessa exigência legal. Diante disso, foi sugerido e aprovado, por unanimidade dos(as) conselheiros(as) presentes, que o Conselho emita ofício às empresas beneficiárias da referida lei nos exercícios de 2024 e 2025, solicitando que apresentem, no prazo de 10 dias, os seguintes documentos: (1) comprovante de recolhimento do ISS com base no incentivo concedido; (2) comprovante de repasse dos 20% destinados às instituições esportivas, conforme previsto em lei. Além disso, será solicitado à Fundação Municipal de Esportes (FMEL) que envie ao Conselho a relação das entidades também contempladas com recursos oriundos da Lei de Incentivo ao Esporte, a fim de permitir o cruzamento das informações e garantir que não haja duplicidade de benefícios. As informações deverão ser apresentadas na próxima reunião do Conselho, com o objetivo de promover maior transparência sobre a destinação dos recursos públicos e subsidiar as discussões sobre a revisão da legislação vigente. O Presidente retomou a palavra, agradeceu a presença de todos(as) e comunicou a data da próxima reunião: 20 de agosto de 2025, às 14h00. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Laerson Batista da Costa, Presidente do CMDES, deu por encerrada a reunião às 15h23. Eu, Karine Momm, Secretária do CMDES, lavrei a presente ata, que será enviada por meio eletrônico aos(as) Conselheiros(as) e respectivos(as) Suplentes. Após ser lida e submetida à aprovação, será assinada por quem de direito na próxima Reunião do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social – CMDES.



Presidente	Laerson Batista da Costa	
Vice Presidente	Gabriela Kelm do Nascimento	
Secretária	Karine Momm	

#### PRESENTES

Marcos Luiz Pessatti	
Matheus Provesi Tolentino de Souza	
Rodrigo Bonfanti Campos	
Denilson Cristiano de Souza Rosa	
Ricardo Rebelo da Cunha	
Renato Albanese de Filippis	
Felipe Bittencourt Wolfram	
Dhara Pickering Dalção	
Bento Ferrari	
Antonio Ayres dos Santos Júnior	
Victor Luiz Farias	
Liria Aninha dos Santos	
Maria Izabel Pinheiro Sandri	
Artur José de Souza Júnior	



LISTA DE PRESEÇA		
124ª REUNIÃO ORDINÁRIA		
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – CMDES		
DATA: 16 de julho de 2025 – QUARTA-FEIRA		
HORÁRIO: 14:00 HORAS		
LOCAL: Zen Tower Business Center		
Endereço: R. Manoel Vieira Garção, nº 120 – Centro – 13º andar, nº 1302 – Sala de Reuniões		
INSTITUIÇÃO	REPRESENTANTE	ASSINATURA
SDE	T Gabriela Kelm do Nascimento	
	S Karine Momm	
Dir. Ind. Com. e Serv.	T Marcos Luiz Pessatti	
	S Luiz Henrique dos Santos	
Dir. Apoio ao Peq. Empre. Econ. Sol e Econ. Criativa	T Matheus Provesi Tolentino de Souza	
	S Jonas Hostin Vieira	
Dir. Geração de Emprego e Qualif. Pro	T Rodrigo Bonfanti Campos	
	S Liana Martins	
SEGOV	T Denilson Cristiano de Souza Rosa	
	S Bruna Foes Rodi	

1



SMU	T Ricardo Rebelo da Cunha	
	S João Paulo Kowalsky	
SEFAZ	T Elisa Sell de Souto Goulart Colombi	
	S Renato Albanese de Filippis	
Proc. Geral do Município	T Marcio Cristiano Dornelles Dias	
	S Felipe Bittencourt Wolfram	
INIS	T Dhara Pickering Dalção	
	S William Souza Vieira	
Sup. Porto Itajaí	T André Leme da Silva Fleury Bonini	
	S Cezar Luciano da Fonseca Prux	
Intersindical	T Bento Ferrari	
	S Bruno de Andrade Pereira	
CDL	T Laerson Batista da Costa	
	S Alessandra Camila Baller	
Presidencia ACIL	T Antonio Ayres dos Santos Júnior	
	S Thaisa Nascimento Correa	

2








ACIL - Indústria	T	Rochelli Machado Kaminski	
	S	Victor Luiz Farias	
ACIL - Comércio	T	Liria Aninha dos Santos	
	S	Ricardo Schmidt França	
ACIL - Serviços	T	Maria Izabel Pinheiro Sandri	
	S	Jones Meerholtz	
SEC ITAJAÍ	T	Marcelo Jorge dos Santos Teixeira	
	S	Angela Barth	
SINVAC	T	Adilson Luis Grando	
	S	Rosimery Ulla Cordeiro	
UNIVALI	T	Marina Luciana Schvabe de Moraes	
	S	Melissa Pereira Monguilhoti	
IFES	T	Juscélino de Almeida Jr	
	S	Lisandra de Cassia Ferreira de Limas	
SITIAI	T	Oswaldo Mafra	
	S	Mário José da Silva	

3



Gabinete Prefeito	T	André Gustavo Sandri Silva	
	S	Artur José de Souza Júnior	
SINDIPI	T	Mirian Regina da Silva Cella	
	S	José Jorge Neves Filho	
SITRAPESCA	T	Telmo Jorge Moysés	
	S	José Henrique Pereira	

ESPECTADORES VISITANTES			
EMPRESA OU INSTITUIÇÃO QUE REPRESENTA	CONTATO	- NOME	ASSINATURA

2



Resolução Nº 346 de 16 de julho de 2025

**INDEFERE**, por unanimidade de votos dos presentes, o requerimento de **SOLICITAÇÃO** de concessão de Incentivos Fiscais da empresa:

TEPORTI INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA  
CNPJ: 08.984.711/0001-50

O Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social de Itajaí - CMDES, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar Municipal Nº 065 de 24 de agosto de 2005, artigo 9º, inciso I, alíneas "a","c", "d", "e" e "f" reunido em Assembleia Ordinária no dia 16 de julho de 2025;

**RESOLVE:**  
**I - INCENTIVOS FISCAIS**

**Art. 1º - INDEFERIR, por unanimidade** de votos dos presentes, o requerimento formulado pela empresa **TEPORTI INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA** inscrita no CNPJ: **08.984.711/0001-50**, tramitado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, no **Processo sob o 76124/2025-e**, dentro dos limites abaixo descritos:

**INDEFERIR:**

- a) Isenção de até 100% dos impostos municipais, especialmente o IPTU, incidentes sobre os imóveis de registros nº 769044, 772690, 772701, 772702, 772708, 800515, 800518, 44941, 772691, 772692, 772693, 772694, 772695, 772696 e 772697;
- c) Isenção da taxa de licença para execução de obras de construção ou ampliação das instalações;
- d) Isenção da contribuição de melhoria;
- e) Isenção da taxa de licença para localização e verificação de funcionamento;
- f) Isenção do ITBI na aquisição de imóveis.

Itajaí/SC, 16 de julho de 2025.

Laerson Batista da Costa  
Presidente do CMDES

Gabriela Kelm do Nascimento  
Secretaria de Desenvolvimento  
Econômico



**SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA**  
**Auditoria Fiscal Municipal**  
Rua Manoel Vieira Garção, 120 sala 601 - Centro  
88301-425 - Itajaí - SC

### CÁLCULO DO IMPACTO FINANCEIRO EM CONCESSÃO DE BENEFÍCIO FISCAL

**Nº SIPE: 76124/2025-e**

**NOME DA EMPRESA:** TEPORTI INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.

**CNPJ: 08.984.711/0001-50**

**PEDIDO:** Foi considerada isenção integral pelo período de 3 anos (2025 a 2027) de:

- IPTU dos imóveis (cadastros:769044, 772690, 772701, 772702, 772708, 800515, 800518, 44941, 772691, 772691, 772692, 772693, 772694, 772695, 772696, 772697);
- ITBI;
- Contribuição de Melhoria;
- Taxa de Licença para Execução de Obra de Construção ou Ampliação das Instalações;
- Taxa de Licença para Localização e Verificação de Funcionamento Regular de Estabelecimento.

**JUSTIFICATIVA DO PEDIDO:** não foi apresentada uma justificativa explícita das razões para o recebimento de tratamento tributário diferenciado. Em vez disso a empresa se limitou a explicar sobre as características do terreno, da empresa e pontuou algumas atividades. A empresa menciona ainda que necessita de grandes investimentos, cerca de R\$ 5 milhões, para acomodar cada nova empresa que se instala em seu condomínio industrial. Não há detalhamento das condições dos investimentos.

Não há também menção de intenção de compra de imóveis, onde poderia ser usufruída a pleiteada isenção de ITBI, bem como não há citação de lei instituindo Contribuição de Melhoria cobrada pelo município.

A empresa menciona, por fim, a previsão de contratação de 05 novos empregados nos próximos 3 exercícios, lembrando que, de 2022 a 2024, houve a contratação de 3 empregados e o desligamento de 4.

**HISTÓRICO DE BENEFÍCIOS RECEBIDOS SOB A ÉGIDE DA LC 65/05:** não há.

**ESTIMATIVA DE RENÚNCIA FISCAL PARA OS PRÓXIMOS EXERCÍCIO:** calculada considerando IPCA anual de 5%, conforme tabela anexa.

[illegible]

## Resolução Nº 347 de 16 de julho de 2025

**DEFERE EM PARTE**, por unanimidade de votos dos presentes, com uma abstenção, o requerimento de **SOLICITAÇÃO** de concessão de Incentivos Fiscais da empresa:

TEPORTI TERMINAL PORTUÁRIO DE ITAJAÍ LTDA  
CNPJ: 03.788.529/0001-00

O Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social de Itajaí - CMDES, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na **Lei Complementar Municipal Nº 065 de 24 de agosto de 2005**, artigo 9º, inciso I, alíneas "b" "c" e "e" reunido em Assembleia Ordinária no dia **16 de julho de 2025**:

**RESOLVE:**  
**I - INCENTIVOS FISCAIS**

**Art. 1º - DEFERIR, em parte, por unanimidade** de votos dos presentes, com uma abstenção, o requerimento formulado pela empresa **TEPORTI TERMINAL PORTUÁRIO DE ITAJÁI LTDA** inscrita no CNPJ: 03.788.529/0001-00, tramitado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, no **Processo sob o 178055/2025-e**, dentro dos limites abaixo descritos:

**DEFERIR:**

- b) Redução de 3% (três por cento) para 2% (dois por cento) do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS para o ano de 2025.

**INDEFERIR:**

- c) Isenção de Taxa de Licença para execução da obra de construção ou ampliação das instalações;
- f) Isenção do Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis - ITBI;

**Art. 2º -** A empresa deverá encaminhar à Secretaria de Desenvolvimento Econômico ou outra que a substitua nas suas finalidades, dentro do prazo legal estabelecido anualmente pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS) no Manual de Orientação da RAIS ou e - Social, durante a vigência do incentivo fiscal, cópia da RAIS ou do Código do Protocolo de Entrega da DIRF de 2026 (exercício 2025), sob pena de revogação do benefício econômico concedido.

**Art. 3º** - Os benefícios concedidos poderão ser revogados a qualquer tempo, nos termos do Art. 15, da Lei Complementar nº 65 de 24 de agosto de 2005.

**Art. 4º** - Os incentivos fiscais de que trata o inciso I do art. 9º da LCM Nº 065/2005 somente terão efeitos para fatos geradores ocorridos a partir do mês subsequente à publicação desta Resolução (cf. Redação acrescida pela LCM Nº 313/2017).



Art. 5º - Anexo, segue o cálculo do impacto econômico financeiro e as compensações necessárias a concessão, conforme o Art. 5, inciso V da LC nº 438/2023. Respeitando os limites estabelecidos pela Lei de Diretrizes Orçamentária.

Itajaí/SC, 16 de julho de 2025.

Laerson Batista da Costa  
Presidente do CMDES

Gabriela Kelm do Nascimento  
Secretária de Desenvolvimento  
Econômico

e-DOC 2F35EBC5  
Proc 178055/2025-e



SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA  
Auditoria Fiscal Municipal  
Rua Manoel Vieira Garção, 120 sala 601 - Centro  
88301-425 - Itajaí - SC

#### CÁLCULO DO IMPACTO FINANCEIRO EM CONCESSÃO DE BENEFÍCIO FISCAL

Nº SIPE: 178055/2025-e

NOME DA EMPRESA: TEPORTI TERMINAL PORTUÁRIO DE ITAJAÍ LTDA

CNPJ: 03.788.529/0001-00

#### PEDIDO:

- Isenção de 50% do ISSQN;
- Isenção da Taxa de Licença para Execução de Obra de Construção ou Ampliação das Instalações;
- Isenção de 100% do ITBI;

PERÍODO: os benefícios foram pleiteados para os exercícios de 2025, 2026 e 2027;

Pontua-se que a Lei 065/2005 prevê que "os incentivos fiscais de que trata o inciso I deste artigo somente terão efeitos para fatos geradores ocorridos a partir do mês subsequente à publicação do ato de concessão" (art. 9, § 4º, grifo e sublinhados nossos).

**JUSTIFICATIVA DO PEDIDO:** a empresa não apresentou objetivamente uma justificativa, apenas salientou, após breve descrição da empresa, o desejo de manter seus compromissos e investimento em dia.

Na seção de "Descrição do Projeto", a empresa afirma estar investindo em dragagens, de forma a possibilitar a recepção de navios maiores.

#### HISTÓRICO DE BENEFÍCIOS RECEBIDOS SOB A ÉGIDE DA LC 65/05:

Em 11 de Janeiro de 2012, por meio da Resolução CMDES nº 077, obteve a empresa benefício de isenção, de 2011 a 2013, de:

- 100% do IPTU;
- 50% do ISSQN; e
- 100% ITBI.

Em 03 de Fevereiro de 2014, por meio da Resolução CMDES nº 118, obteve a empresa benefício de isenção, de 2015 a 2018, de:

- 50% do IPTU;
- 33,33% do ISSQN; e

Em 06 de Fevereiro de 2019, por meio da Resolução CMDES nº 155, obteve a empresa benefício de isenção, de 2020 a 2022, de:

- 100% do IPTU;
- Redução de 3% para 2% do ISSQN (em acordo também com a Resolução CMDES nº 165/2019); e
- 100% ITBI.

Em 18 de Dezembro de 2019, por meio da Resolução CMDES nº 175, obteve a empresa benefício de isenção, de 2020 a 2024, de:

- 100% do IPTU para os imóveis de cadastro municipal: 772688 e 772607;



SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA  
Auditoria Fiscal Municipal  
Rua Manoel Vieira Garção, 120 sala 601 - Centro  
88301-425 - Itajaí - SC

- Redução de 3% para 2% do ISSQN (em acordo também com a Resolução CMDES nº 165/2019) de 2021 a 2023 (ratificada também pela Resolução nº 218/2021); e
- 100% ITBI de 2021 a 2024.

Em 14 de Dezembro de 2022, por meio da Resolução CMDES nº 258, obteve a empresa benefício de isenção, de 2023 a 2024, de:

- Redução de 3% para 2% do ISSQN.

#### ESTIMATIVA DE RENÚNCIA FISCAL PARA OS PRÓXIMOS EXERCÍCIOS:

Não foram informados, de forma clara, os terrenos ou imóveis para os quais se pleiteia a isenção de ITBI, ainda mais considerando que a empresa já é proprietária do imóvel onde está estabelecida, na Av. Nereu Ramos, nº 600, Salseiros.

Também não foram fornecidos dados referentes a obras, nos termos do art. 158 da LC nº 20/2002, para fins de incidência da "Taxa de Licença Para Execução de Obras", o que impossibilita o cálculo do benefício pleiteado.

Com relação ao ISSQN, tem-se que a Receita Total prevista pelo contribuinte em suas estimativas foi:

- Em 2025: R\$ 25.500.000,00;
- Em 2026: R\$ 26.010.000,00; e
- Em 2027: R\$ 26.530.000,00

Aplicando-se a alíquota de 3%, referente ao item 21.01, da lista anexa à LC 116/2003, tem-se que:

		ISSQN SEM BENEFÍCIO FISCAL (ALÍQ. 3%)			
ISSQN 2024 (PAGO)	ISSQN 2025 (PAGO ATÉ JUNHO)	ISSQN 2025 (PROJETADO ATÉ DEZ)	ISSQN 2026	ISSQN 2027	TOTAL
R\$ 474.970,31	R\$ 671.113,60	R\$ 93.886,40	R\$ 780.300,00	R\$ 795.900,00	R\$ 1.670.086,40

Aplicando-se agora a alíquota de 2%, pleiteada como benefício fiscal, tem-se que:

		ISSQN COM BENEFÍCIO FISCAL (ALÍQ. 2%)			
ISSQN 2024 (PAGO)	ISSQN 2025 (PAGO ATÉ JUNHO)	ISSQN 2025 (PROJETADO ATÉ DEZ)	ISSQN 2026	ISSQN 2027	TOTAL
R\$ 474.970,31	R\$ 671.113,60	R\$ 62.590,97	R\$ 520.200,00	R\$ 530.600,00	R\$ 1.113.390,97

Assim sendo, o Benefício Total Pleiteado fica estimado em:

R\$ 1.670.086,40 - R\$ 1.113.390,97 = **R\$ 556.695,43.**

Itajaí, 04 de Julho de 2025.



#### Resolução Nº 348 de 16 de julho de 2025

**DEFERE EM PARTE**, por unanimidade de votos dos presentes, com uma abstenção, o requerimento de **SOLICITAÇÃO** de concessão de Incentivos Fiscais da empresa:

**AZIMUT DO BRASIL FABRICAÇÃO DE IATES**  
CNPJ: 11.568.948/0001-64

O Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social de Itajaí - CMDES, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar Municipal Nº 065 de 24 de agosto de 2005, artigo 9º, inciso I, alíneas "a", "b", "c", "d" e "f" reunido em Assembleia Ordinária no dia 16 de julho de 2025:

#### RESOLVE: I - INCENTIVOS FISCAIS

**Art. 1º - DEFERIR, em parte, por unanimidade** de votos dos presentes, com uma abstenção, o requerimento formulado pela empresa **AZIMUT DO BRASIL FABRICAÇÃO DE IATES** inscrita no CNPJ: 11.568.948/0001-64, tramitado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, no Processo sob o 174165/2025-e, dentro dos limites abaixo descritos:

#### DEFERIR:

- Redução de 50% (cinquenta por cento) do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU para os imóveis de cadastro municipal nº 797078 / 7865, pelo período de 2 (dois) anos, ou seja, para os anos de 2026 e 2027
- Redução de 3% (três por cento) para 2% (dois por cento) do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS para o ano de 2025.
- Isenção da Taxa de Licença para Localização e Verificação de Funcionamento Regular de Estabelecimento para os anos de 2026 e 2027.

#### INDEFERIR:

- Isenção de Taxa de Licença para execução da obra de construção ou ampliação das instalações;
- Isenção do Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis - ITBI;

**Art. 2º** - A empresa deverá encaminhar à Secretaria de Desenvolvimento Econômico ou outra que a substitua nas suas finalidades, dentro do prazo legal estabelecido anualmente pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS) no Manual de Orientação da RAIS ou e - Social, durante a vigência do incentivo fiscal, cópia da RAIS ou do Código do Protocolo de Entrega da DIRF de 2026 (exercício 2025), sob pena de revogação do benefício econômico concedido.



Art. 3º - Os benefícios concedidos poderão ser revogados a qualquer tempo, nos termos do Art. 15, da Lei Complementar nº 65 de 24 de agosto de 2005.

Art. 4º - Os incentivos fiscais de que trata o inciso I do art. 9º da LCM Nº 065/2005 somente terão efeitos para fatos geradores ocorridos a partir do mês subsequente à publicação desta Resolução (cf. Redação acrescida pela LCM Nº 313/2017).

Art. 5º - Anexo, segue o cálculo do impacto econômico financeiro e as compensações necessárias a concessão, conforme o Art. 5, inciso V da LC nº 438/2023. Respeitando os limites estabelecidos pela Lei de Diretrizes Orçamentária.

Itajaí/SC, 16 de julho de 2025.

Laerson Batista da Costa  
Presidente do CMDES

Gabriela Kelm do Nascimento  
Secretária de Desenvolvimento  
Econômico

e-DOC 34D242AA  
Proc 174165/2025-e



SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA  
Auditoria Fiscal Municipal  
Rua Manoel Vieira Garção, 120 sala 601 - Centro  
88301-425 - Itajaí - SC

#### CÁLCULO DO IMPACTO FINANCEIRO EM CONCESSÃO DE BENEFÍCIO FISCAL

Nº SIPE: 174165/2025-e

NOME DA EMPRESA: AZIMUT DO BRASIL FABRICAÇÃO DE IATES LTDA

CNPJ: 11.568.948/0001-64

#### PEDIDO:

- 100% do IPTU;
- 100% do ITBI na aquisição de imóvel destinado às operações da empresa;
- 50% do ISSQN, respeitado o limite previsto no art. 8-A da LC 116/2003;
- Contribuição de Melhoria;
- Taxa de Licença para Execução de Obra de Construção ou Ampliação das Instalações;
- Taxa de Licença para Localização e Verificação de Funcionamento Regular de Estabelecimento.

**PERÍODO:** Não foi estabelecido o período no pedido, mas, levando em conta as informações contidas no pedido, presume-se que seja para os exercícios de 2025 a 2027. Ocorre, porém, que quando da data do pedido, 07/05/2025, já eram transcorridos os fatos geradores do IPTU (LC 20/2002, art.11) e da "Taxa de Licença para Localização e Verificação de Funcionamento Regular de Estabelecimento" (LC 20/2002, art. 135, III).

Da mesma forma, relativamente ao ITBI dos imóveis cujas matrículas constavam anexas ao pedido, como já registrados no ofício competente para transmissão da propriedade de bem imóvel, já também é ocorrido o fato gerador do ITBI, não havendo falar em isenção. Seria, bom, contudo, que o solicitante esclarecesse a situação do imóvel de matrícula 52.201, pois, feita a venda e transmissão em 11/10/2013, não havendo fatos novos para além do cancelamento de cláusula resolutiva, constou, em 10/09/2015, a proprietária anterior como sendo presentemente a do imóvel.

Não foram fornecidos dados referentes a obras, nos termos do art. 158 da LC nº 20/2002, para fins de incidência da "Taxa de Licença para Execução de Obras", o que impossibilita o cálculo do benefício pleiteado.

Pontua-se que a Lei 065/2005 prevê que "os incentivos fiscais de que trata o inciso I deste artigo somente terão efeitos para fatos geradores ocorridos a partir do mês subsequente à publicação do ato de concessão" (art. 9, § 4º, grifo e sublinhados nossos), por isso é sempre importante atentar-se à fixação de um período no pedido, de forma que não sejam feitos a destempo.

**JUSTIFICATIVA DO PEDIDO:** a empresa, que tem por atividade econômica a prestação de serviços de assistência técnica e manutenção em embarcações, atuando também, eventualmente, no agenciamento e intermediação de bens de alto valor, menciona que o benefício ajudará diretamente em seu plano de expansão do negócio. Além disso, pontua que a nova incidência de IPVA e do IS sobre embarcações pode afetar negativamente seu mercado, buscando assim o apoio do município.

#### HISTÓRICO DE BENEFÍCIOS RECEBIDOS SOB A ÉGIDE DA LC 65/05:

Em 15 de Setembro de 2010, por meio da Resolução CMDES nº 063, obteve a empresa benefício de isenção durante 10 (dez) anos (de 2011 a 2020) de:

Documento assinado digitalmente. Para verificar, acesse <http://sipe.itajai.sc.gov.br?a=autenticidade> e informe o e-DOC 34D242AA



SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA  
Auditoria Fiscal Municipal  
Rua Manoel Vieira Garção, 120 sala 601 - Centro  
88301-425 - Itajaí - SC

e-DOC 34D242AA  
Proc 174165/2025-e

- 100% do IPTU;
- 50% do ISSQN, respeitado o limite previsto no art. 8-A da LC 116/2003; e
- Quaisquer Contribuições de Melhoria que viessem a ser implementadas.

Além disso foram concedidas isenções de

- Taxa de Licença para execução de obra de construção ou ampliação de instalações;
- Taxa de Licença para Localização e Verificação de Funcionamento regular de Estabelecimento; e
- ITBI incidente na aquisição do imóvel destinado à implantação de empreendimento econômico;

Em 8 de Setembro de 2021, por meio da Resolução CMDES nº 211, foram concedidos à empresa os seguintes benefícios:

- Isenção do IPTU por 3 (três) anos (2022, 2023 e 2024);
- Redução de 3% para 2% do ISSQN (exceto o retido), respeitado o limite previsto no art. 8-A da LC 116/2003;
- Isenção da Taxa de Execução da Obra de Construção ou Ampliação das Instalações por 3 (três) anos (2022, 2023, 2024);
- Isenção da Taxa de Licença para a Localização, Fiscalização e Funcionamento (TLLFF) por 3 (três) anos (2022, 2023, 2024);
- Isenção de Contribuição de Melhoria que for realizada por 3 (três) anos (2022, 2023, 2024); e
- Isenção de ITBI, desde que incidente na aquisição de imóvel destinado à implantação de empreendimento econômico por 3 (três) anos (2022, 2023, 2024);

#### ESTIMATIVA DE RENÚNCIA FISCAL PARA OS PRÓXIMOS EXERCÍCIOS:

Não foram informados, de forma clara, os terrenos e imóveis para os quais se pleiteia a isenção de IPTU.

Tratando-se dos 2 imóveis cujas matrículas constam do pedido, para os exercícios de 2026 e 2027, considerando para fins de inflação um IPCA de 5% para cada ano, ter-se-ia a seguinte situação:

- Inscrição imobiliária nº 203.058.01.1300.0000.000, matrícula nº 52.201, localizado na rua César Augusto Dalsóquio, nº 925, Salseiros; e
- Inscrição imobiliária nº 203.058.01.0175.0000.000, matrícula nº 41.466, localizado na rua César Augusto Dalsóquio, nº 900, Salseiros.

INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA	IPTU em 2025	BENEFÍCIO FISCAL COM IPTU		
		IPTU 2026 (IPCA 5%)	IPTU 2027 (IPCA 5%)	TOTAL (2026 + 2027)
203.058.01.1300.0000.000	R\$ 64.999,41	R\$ 68.249,38	R\$ 71.661,85	R\$ 139.911,23
203.058.01.0175.0000.000	R\$ 13.509,22	R\$ 14.184,68	R\$ 14.893,92	R\$ 29.078,60
TOTAL	-	-	-	R\$ 168.989,83

e-DOC 34D242AA  
Proc 174165/2025-e



SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA  
Auditoria Fiscal Municipal  
Rua Manoel Vieira Garção, 120 sala 601 - Centro  
88301-425 - Itajaí - SC

Relativamente à "Taxa de Licença para Localização e Verificação de Funcionamento Regular de Estabelecimento" (TLLFF), tem-se o seguinte:

TLLFF 2025	BENEFÍCIO FISCAL COM TLLFF		
	TLLFF 2026 (IPCA 5%)	TLLFF 2027 (IPCA 5%)	TOTAL (2026 + 2027)
R\$ 10.057,38	R\$ 10.560,25	R\$ 11.088,26	R\$ 21.648,51

Considerando o valor pago pelo contribuinte no exercício de 2024 e de Janeiro a Junho de 2025, somados à própria estimativa do contribuinte relativamente ao ISSQN de exercícios futuros, tem-se que:

ISSQN 2024 (PAGO)	ISSQN 2025 (PAGO ATÉ JUNHO)	ISSQN 2025 (PROJETADO ATÉ DEZ)	ISSQN SEM BENEFÍCIO FISCAL (ALIQ. 3%)		
			ISSQN 2026	ISSQN 2027	TOTAL
R\$ 238.165,35	R\$ 84.055,43	R\$ 164.625,31	R\$ 245.111,16	R\$ 242.731,44	R\$ 652.467,91

Como o benefício pleiteado reduz a alíquota do ISSQN de 3% para 2%, então o benefício com ISSQN representa um terço de R\$ 652.467,91, isto é, **R\$ 217.489,30**.

Assim sendo, o Benefício Total Pleiteado fica estimado em:

R\$ 168.989,83 + R\$ 21.648,51 + R\$ 217.489,30 = **R\$ 408.127,64**

Itajaí, 03 de Junho de 2025.



**Resolução Nº 346 de 16 de julho de 2025**

**INDEFERE**, por unanimidade de votos dos presentes, o requerimento de **SOLICITAÇÃO** de concessão de Incentivos Fiscais da empresa:

**TEPORTI INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA**  
CNPJ: 08.984.711/0001-50

O Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social de Itajaí - CMDES, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na **Lei Complementar Municipal Nº 065 de 24 de agosto de 2005**, artigo 9º, inciso I, alíneas "a", "c", "d", "e" e "f" reunido em Assembleia Ordinária no dia **16 de julho de 2025**:

**RESOLVE:**  
**I - INCENTIVOS FISCAIS**

**Art. 1º - INDEFERIR**, por unanimidade de votos dos presentes, o requerimento formulado pela empresa **TEPORTI INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA** inscrita no CNPJ: 08.984.711/0001-50, tramitado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, no **Processo sob o 76124/2025-e**, dentro dos limites abaixo descritos:

**INDEFERIR:**

a) Isenção de até 100% dos impostos municipais, especialmente o IPTU, incidentes sobre os imóveis de registros nº 769044, 772690, 772701, 772702, 772708, 800515, 800518, 44941, 772691, 772692, 772693, 772694, 772695, 772696 e 772697;

c) Isenção da taxa de licença para execução de obras de construção ou ampliação das instalações;

d) Isenção da contribuição de melhoria;

e) Isenção da taxa de licença para localização e verificação de funcionamento;

f) Isenção do ITBI na aquisição de imóveis.

Itajaí/SC, 16 de julho de 2025.

Laerson Batista da Costa  
Presidente do CMDES

Gabriela Kelm do Nascimento  
Secretária de Desenvolvimento  
Econômico



**Resolução Nº 347 de 16 de julho de 2025**

**DEFERE EM PARTE**, por unanimidade de votos dos presentes, com uma abstenção, o requerimento de **SOLICITAÇÃO** de concessão de Incentivos Fiscais da empresa:

**TEPORTI TERMINAL PORTUÁRIO DE ITAJAÍ LTDA**  
CNPJ: 03.788.529/0001-00

O Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social de Itajaí - CMDES, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na **Lei Complementar Municipal Nº 065 de 24 de agosto de 2005**, artigo 9º, inciso I, alíneas "b", "c" e "f" reunido em Assembleia Ordinária no dia **16 de julho de 2025**:

**RESOLVE:**  
**I - INCENTIVOS FISCAIS**

**Art. 1º - DEFERIR**, em parte, por unanimidade de votos dos presentes, com uma abstenção, o requerimento formulado pela empresa **TEPORTI TERMINAL PORTUÁRIO DE ITAJAÍ LTDA** inscrita no CNPJ: 03.788.529/0001-00, tramitado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, no **Processo sob o 178055/2025-e**, dentro dos limites abaixo descritos:

**DEFERIR:**

b) Redução de 3% (três por cento) para 2% (dois por cento) do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS para o ano de 2025.

**INDEFERIR:**

c) Isenção de Taxa de Licença para execução da obra de construção ou ampliação das instalações;

f) Isenção do Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis - ITBI;

**Art. 2º** - A empresa deverá encaminhar à Secretaria de Desenvolvimento Econômico ou outra que a substitua nas suas finalidades, dentro do **prazo legal estabelecido anualmente pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS) no Manual de Orientação da RAIS ou e - Social**, durante a vigência do incentivo fiscal, cópia da RAIS ou do Código do Protocolo de Entrega da DIRF de 2026 (exercício 2025), sob pena de revogação do benefício econômico concedido.

**Art. 3º** - Os benefícios concedidos **poderão ser revogados a qualquer tempo**, nos termos do Art. 15, da **Lei Complementar nº 65 de 24 de agosto de 2005**.

**Art. 4º** - Os incentivos fiscais de que trata o inciso I do art. 9º da LCM Nº 065/2005 somente terão efeitos para fatos geradores ocorridos a partir do mês subsequente à publicação desta Resolução (cf. Redação acrescida pela LCM Nº 313/2017).



**Art. 5º** - Anexo, segue o cálculo do impacto econômico financeiro e as compensações necessárias a concessão, conforme o Art. 5, inciso V da LC nº 438/2023. Respeitando os limites estabelecidos pela Lei de Diretrizes Orçamentária.

Itajaí/SC, 16 de julho de 2025.

Laerson Batista da Costa  
Presidente do CMDES

Gabriela Kelm do Nascimento  
Secretária de Desenvolvimento  
Econômico



**Resolução Nº 348 de 16 de julho de 2025**

**DEFERE EM PARTE**, por unanimidade de votos dos presentes, com uma abstenção, o requerimento de **SOLICITAÇÃO** de concessão de Incentivos Fiscais da empresa:

**AZIMUT DO BRASIL FABRICAÇÃO DE IATES**  
CNPJ: 11.568.948/0001-64

O Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social de Itajaí - CMDES, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na **Lei Complementar Municipal Nº 065 de 24 de agosto de 2005**, artigo 9º, inciso I, alíneas "a", "b", "c", "d" e "f" reunido em Assembleia Ordinária no dia **16 de julho de 2025**:

**RESOLVE:**  
**I - INCENTIVOS FISCAIS**

**Art. 1º - DEFERIR**, em parte, por unanimidade de votos dos presentes, com uma abstenção, o requerimento formulado pela empresa **AZIMUT DO BRASIL FABRICAÇÃO DE IATES** inscrita no CNPJ: 11.568.948/0001-64, tramitado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, no **Processo sob o 174165/2025-e**, dentro dos limites abaixo descritos:

**DEFERIR:**

a) Redução de 50% (cinquenta por cento) do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU para os imóveis de cadastro municipal nº 797078 / 7865, pelo período de 2 (dois) anos, ou seja, para os anos de 2026 e 2027

b) Redução de 3% (três por cento) para 2% (dois por cento) do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS para o ano de 2025.

e) Isenção da Taxa de Licença para Localização e Verificação de Funcionamento Regular de Estabelecimento para os anos de 2026 e 2027.

**INDEFERIR:**

c) Isenção de Taxa de Licença para execução da obra de construção ou ampliação das instalações;

f) Isenção do Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis - ITBI;

**Art. 2º** - A empresa deverá encaminhar à Secretaria de Desenvolvimento Econômico ou outra que a substitua nas suas finalidades, dentro do **prazo legal estabelecido anualmente pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS) no Manual de Orientação da RAIS ou e - Social**, durante a vigência do incentivo fiscal, cópia da RAIS ou do Código do Protocolo de Entrega da DIRF de 2026 (exercício 2025), sob pena de revogação do benefício econômico concedido.



Art. 3º - Os benefícios concedidos poderão ser revogados a qualquer tempo, nos termos do Art. 15, da Lei Complementar nº 65 de 24 de agosto de 2005.

Art. 4º - Os incentivos fiscais de que trata o inciso I do art. 9º da LCM Nº 065/2005 somente terão efeitos para fatos geradores ocorridos a partir do mês subsequente à publicação desta Resolução (cf. Redação acrescida pela LCM Nº 313/2017).

Art. 5º - Anexo, segue o cálculo do impacto econômico financeiro e as compensações necessárias a concessão, conforme o Art. 5, inciso V da LC nº 438/2023. Respeitando os limites estabelecidos pela Lei de Diretrizes Orçamentária.

Itajaí/SC, 16 de julho de 2025.

Laerson Batista da Costa  
Presidente do CMDES

Gabriela Kelm do Nascimento  
Secretária de Desenvolvimento  
Econômico



Resolução Nº 349 de 16 de julho de 2025

INDEFERE, por unanimidade de votos dos presentes, o requerimento de SOLICITAÇÃO de concessão de Incentivos Fiscais da empresa:

**CENTRO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL FILADÉLFIA LTDA EPP**  
CNPJ: 05.840.628/0001-19

O Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social de Itajaí - CMDES, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar Municipal Nº 065 de 24 de agosto de 2005, artigo 9º, inciso II, alínea "h" reunido em Assembleia Ordinária no dia 16 de julho de 2025:

RESOLVE:

**I - INCENTIVOS FISCAIS**

Art. 1º - INDEFERIR, por unanimidade de votos dos presentes, o requerimento formulado pela empresa CENTRO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL FILADÉLFIA LTDA EPP inscrita no CNPJ: 05.840.628/0001-19, tramitado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, no Processo sob o 163538/2025-e, dentro dos limites abaixo descritos:

INDEFERIR:

h) cessão de uso de áreas pertencentes ao Poder Público Municipal pelo prazo de até 10 (dez) anos, podendo ser renovado por igual período.

Itajaí/SC, 16 de julho de 2025.

Laerson Batista da Costa  
Presidente do CMDES

Gabriela Kelm do Nascimento  
Secretária de Desenvolvimento  
Econômico



Resolução Nº 349 de 16 de julho de 2025

INDEFERE, por unanimidade de votos dos presentes, o requerimento de SOLICITAÇÃO de concessão de Incentivos Fiscais da empresa:

**CENTRO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL FILADÉLFIA LTDA EPP**  
CNPJ: 05.840.628/0001-19

O Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social de Itajaí - CMDES, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar Municipal Nº 065 de 24 de agosto de 2005, artigo 9º, inciso II, alínea "h" reunido em Assembleia Ordinária no dia 16 de julho de 2025:

RESOLVE:

**I - INCENTIVOS FISCAIS**

Art. 1º - INDEFERIR, por unanimidade de votos dos presentes, o requerimento formulado pela empresa CENTRO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL FILADÉLFIA LTDA EPP inscrita no CNPJ: 05.840.628/0001-19, tramitado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, no Processo sob o 163538/2025-e, dentro dos limites abaixo descritos:

INDEFERIR:

h) cessão de uso de áreas pertencentes ao Poder Público Municipal pelo prazo de até 10 (dez) anos, podendo ser renovado por igual período.

Itajaí/SC, 16 de julho de 2025.

Laerson Batista da Costa  
Presidente do CMDES

Gabriela Kelm do Nascimento  
Secretária de Desenvolvimento  
Econômico

## ATOS DA CVI



ESTADO DE SANTA CATARINA  
**Câmara de Vereadores de Itajaí**  
Secretaria de Administração e Finanças



### EXTRATO DE CONTRATO

#### CONTRATO Nº 30/2025

Contratada: OWT TREINAMENTOS E APOIO ADMINISTRATIVO LTDA. (CNPJ: 24.408.030/0001-08)

Único Sócio: Rodrigo de Mattia Passos

Objeto: "Curso de Capacitação para Gestores do Poder Legislativo de Itajaí intitulado: "Gestores": um novo tempo para o legislativo."

Valor: **R\$ 16.000,00** (dezesesseis mil reais).

Prazo de vigência: 06 (seis) meses.

Fundamento legal: De acordo com a Lei nº 14.133/2021.

Data de assinatura: 28/07/2025.

**THIAGO SODRÉ KRIEGER**

Diretor Interino de Licitações, Contratos e Compras

#### PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/2025 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 22/2025

#### TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

Adjudico e homologo os atos praticados pela Pregoeira e Equipe de Apoio, quanto ao **Processo Licitatório nº 22/2025**, referente ao **Pregão Eletrônico nº 10/2025**, cujo objeto consiste na "contratação de pessoa jurídica especializada para prestação de serviço de administração de programa de estágio da Câmara de Vereadores de Itajaí, através de agente de integração para concessão de vagas de estágio curricular, obrigatória ou não, para estudantes regularmente matriculados em instituições de ensino da rede pública ou privada, de nível médio ou superior, sediadas no Município de Itajaí/SC." em favor das empresas a seguir indicadas, para que produzam os efeitos legais nos termos do inciso IV do artigo 71 da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021:

CEINEE – CENTRO DE INTEGRAÇÃO NACIONAL DE ESTÁGIOS PARA ESTUDANTES (CNPJ nº 07.136.551/0001-26)						
Item	Qtde.	UN	Descrição/Especificação do Material	Valor por Estagiário	Valor mensal	Valor Total Anual
01	16	Estagiários	Agente de Integração (intermediação de estágio remunerado)	R\$ 9,20	R\$ 147,20	R\$ 1.766,40
Valor Total						R\$ 1.766,40

Itajaí (SC), 28 de julho de 2025.

Ver. **Fernando Martins Pegorini**  
PRESIDENTE  
Câmara de Vereadores de Itajaí



## PORTARIA Nº 335/2025

### EXONERA SERVIDORA QUE ESPECIFICA.

O Presidente da Câmara de Vereadores de Itajaí, no uso de suas atribuições que lhe confere o Art. 25, incisos II, X e XXVIII, do Regimento Interno da Câmara, **resolve**:

**EXONERAR ARIELLI LUIZA AGRELLI GREGIO**, matrícula nº 5129, do cargo de provimento em comissão de “Assessor Parlamentar”, nível AP07, a contar de 28 de julho de 2025.

DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Ver. FERNANDO MARTINS PEGORINI  
Presidente.

## ATOS DA FMEL



### ATA 28/2025-FMEL COMISSÃO DE ANÁLISE DO PROGRAMA BOLSA ESPORTIVA

No dia vinte e oito de julho de dois mil e vinte e cinco, reuniu-se a Comissão de Análise do Programa Bolsa Esportiva, de forma presencial, na Fundação Municipal de Esporte e Lazer, Rua Alberto Werner, 44, Vila Operária, instituída pela Portaria nº 01/2025-FMEL, os membros Roberto de Sá Prudêncio, Norton Cordini, Wellington Batista de Jesus, Arlindo Sandri Júnior e Daniel dos Passos (presidente), atendendo ao disposto na Lei nº 6.853, de 09 de fevereiro de 2018 e suas alterações posteriores e no Decreto nº 12.446 de 28 de dezembro de 2021, realizou a análise dos documentos apresentados pelos candidatos inscritos no Edital 019/2025-FMEL, ficando preliminarmente classificados conforme o disposto:

CATEGORIA OLESC							
NOME DO CANDIDATO	MODALIDADE	DOC'S	PONTUAÇÃO				OBSERVAÇÕES
			ABRAN.	CAT.	MELHOR ESPORTE/ ESTADUAL	MELHOR NAC/INT	
Faél Ricardo Gulerie	BASQUETE M	APTO	3,00	1,00	1,00	0,00	5
Vinicius Fidele Leal Castro Moraes	BASQUETE M	APTO	3,00	1,00	1,00	0,00	5
Samuel Milasvaca Paloschi	BASQUETE M	APTO	3,00	1,00	0,00	0,00	4
João Guilherme N. Cardozo	BASQUETE M	APTO	3,00	1,00	0,00	0,00	4
Kaui Henrique Alencar Lopes	BASQUETE M	APTO	3,00	1,00	0,00	0,00	4
Lara Torquato Mello	HANDEBOL F	APTO	3,00	2,00	5,00	0,00	10
Mykaela Fernanda dos Santos	HANDEBOL F	APTO	3,00	2,00	5,00	0,00	10
Alicia Pereira Sandes	HANDEBOL F	APTO	3,00	1,00	5,00	0,00	9
Anna Julia Rigo	JUDÔ F	APTO	3,00	1,00	5,00	0,00	9
Nicole Martins Borba	TÊNIS DE CAMPO F	APTO	4,00	2,00	0,00	0,00	6
Sarah dos Santos Salgado	VOLEIBOL F	APTO	3,00	1,00	0,00	0,00	4



CATEGORIA JASC							
NOME DO CANDIDATO	MODALIDADE	DOC'S	PONTUAÇÃO				OBSERVAÇÕES
			ABRAN.	CAT.	MELHOR ESPORTE / ESTADUAL	MELHOR NAC/INT	
Lucas Cargueta Catanhede	ATLETISMO M	APTO	5,00	3,00	5,00	5,00	18
Lucas Allison Pedro	ATLETISMO M	APTO	5,00	2,00	4,00	5,00	16
Patrick Gulerie Vieira	ATLETISMO M	APTO	3,00	2,00	5,00	0,00	10
Eduardo Pereira Maia	ATLETISMO M	APTO	3,00	2,00	2,00	0,00	7
Sara Fischer do Nascimento	BOLÃO 16	APTO	5,00	2,00	5,00	5,00	17
Giselle da Silva de Oliveira	BOLÃO 16	APTO	4,00	2,00	4,00	5,00	15
Rennan Felipe Riedi	BOLÃO 16	APTO	4,00	2,00	0,00	0,00	6
Geferson Souza da Conceição	BOLÃO 16	APTO	3,00	1,00	0,00	0,00	4
Aline Corina Nascimento	HANDEBOL F	APTO	4,00	2,00	0,00	0,00	6
Daniilo Rafael Pereira Agostinho	HANDEBOL M	APTO	5,00	2,00	1,00	3,00	11
Igor Gabriel de Jesus Rodrigues	HANDEBOL M	APTO	5,00	2,00	1,00	3,00	11
Diogo Santos de Souza	HANDEBOL M	APTO	5,00	2,00	1,00	3,00	11
Juan Sebastião Marcos	HANDEBOL M	APTO	5,00	2,00	1,00	3,00	11
Ruan Pablo da Silva Almeida	HANDEBOL M	APTO	5,00	2,00	1,00	3,00	11



João Mateus Pinguelli Sodré	HANDEBOL M	APTO	4,00	2,00	1,00	3,00	10
Otávio Augusto de Paula B. Ribeiro	HANDEBOL M	APTO	4,00	1,00	0,00	3,00	8
Filipe Rocha dos Santos	HANDEBOL M	APTO	5,00	1,00	0,00	1,00	7
Breno Gonçalves de Aguiar	HANDEBOL M	APTO	5,00	1,00	0,00	1,00	7
Vitor Hugo Alves Pereira	HANDEBOL M	APTO	3,00	1,00	0,00	3,00	7
Diogo da Silva Muniz	TAEKWONDO M	APTO	4,00	2,00	4,00	1,00	11
Rafaela Radavelli	TRIATHLON F	APTO	3,00	1,00	0,00	0,00	4
Erno Caui Krause Conceição	TRIATHLON M	APTO	5,00	2,00	4,00	4,00	15
Matheus dos Santos Amorim	VOLEIBOL M	APTO	3,00	1,00	4,00	0,00	8
Caio Souza da Silva	VOLEIBOL M	APTO	3,00	1,00	0,00	0,00	4

Conforme indicado no item 2.2 do Edital 19/2025-FMEL, os candidatos que se sentirem prejudicados terão até às 23h59min de 01 de agosto de 2025, contados a partir da publicação desta para interpor recurso direcionado à Comissão de Análise do Programa Bolsa Esportiva, conforme modelo do site <https://fmel.itajaí.sc.gov.br/d/180> na Aba Programas – Bolsa Esportiva, pelo e-mail [fmel.rendimento@itajaí.sc.gov.br](mailto:fmel.rendimento@itajaí.sc.gov.br).

Itajaí, 28 de julho de 2025.

## ATOS DA SEC. DE EDUCAÇÃO



### MUNICÍPIO DE ITAJAÍ SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO COMISSÃO DE PROCEDIMENTOS DE NATUREZA DISCIPLINAR

#### PORTARIA Nº 030/SME/2025, de 29 de julho de 2025.

O Secretário Municipal de Educação, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 037/2025, de acordo com o art. 57, inciso II, alínea "C" e § 1º, da Lei Orgânica do Município de Itajaí, atendendo ao disposto nos artigos 185 e seguintes da Lei Municipal nº 1.920/1981 - Estatuto do Magistério Público do Município de Itajaí, bem como a Lei Municipal nº 2.960/1995 - Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Itajaí; e CONSIDERANDO os fatos que foram trazidos ao conhecimento pelo C.E.I. Padre Jacob; RESOLVE, instaurar Processo Administrativo Disciplinar, através da Comissão de Procedimentos de Natureza Disciplinar, e em seguida,

#### NOMEAR

Aline Thaís do Rosário de Souza, Kátia Regina da Veiga Venâncio e Luciana Penteado dos Santos Prudêncio, para, sob a presidência da primeira, comporem a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, a fim de apurar os atos praticados ou não por parte do(a) servidor(a) **G.T.P.M.**, ocupante do cargo de provimento efetivo **Agente em Atividades de Educação**, por infrações, em tese, capituladas na Lei Municipal nº 1.920/1981 - Estatuto do Magistério Público do Município de Itajaí: **art. 185, caput** - "Constitui infração toda a ação do membro do Magistério que possa comprometer a dignidade e o decoro da função pública, ferir a disciplina e a hierarquia ou causar prejuízo de qualquer natureza à administração"; **art. 187, inciso II, alínea "a"** – “falta de urbanidade”; **art. 187, inciso III, alínea "a"** - “ofensa moral contra qualquer pessoa no recinto da repartição”; **art. 187, inciso III, alínea "g"** - “deixar de cumprir ou de fazer cumprir, na esfera de suas atribuições as normas legais, a que estejam sujeitos; **art. 187, inciso IV, alínea "h"** - “ofensa física em serviço contra qualquer pessoa, salvo em legítima defesa”; e **art. 187, inciso IV, alínea "v"** - “qualquer ato que manifeste improbidade no exercício da função pública”. O presente processo rege-se pela Lei Municipal nº 1.920/1981 - Estatuto do Magistério Público do Município de Itajaí, pela Lei Municipal nº 2.960/1995 - Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Itajaí, e demais legislações de natureza processual civil e penal aplicáveis à investigação disciplinar.

DÊ-SE CIÊNCIA E CUMPRE-SE.

Itajaí/SC, 29 de julho de 2025.

**Prof. Dr. Silvano Pedro Amaro**  
Secretário Municipal de Educação

RUA ALBERTO WERNER, 100 - VILA OPERÁRIA - ITAJAÍ/SC - CEP 88.384-063  
FONE (47) 3341-6028 - FAX 3341-6919

**AVISO DE RESULTADO DISPENSA ELETRÔNICA Nº DE 094/2025**  
**Processo SIPE: Nº 159492/2025-e**

**Objeto:** EXECUÇÃO DO PROJETO DE MODERNIZAÇÃO DA ILUMINAÇÃO CENEGRÁFICA DO ESPAÇO EXPOSITIVO DO MUSEU ETNO-ARQUEOLÓGICO DE ITAJÁ

Empresa vencedora:

- **FIXEL ENGENHARIA** (07.365.476/0001-75) no valor total de R\$ 52.800,00 (cinquenta e dois mil, oitocentos reais).

ITAJAÍ - SC. 28 DE JULHO DE 2025.

Gabriel Cabral Tocantins  
Auditor Fiscal Municipal  
Matrícula 2356502

**SERGIO MURILO PEREIRA**  
Secretário Municipal de Governo

**ATUALIZAÇÃO DE PUBLICAÇÃO – CHAVE DE REMESSA DE PROCESSO LICITATÓRIO**

A Diretoria Executiva de Licitações e Contratos informa que, após atualizações, a chave de remessa das informações completas referentes ao **Pregão Eletrônico nº 139/2025** está registrada junto ao TCE/SC sob o nº **C6FD370CE0BA9E3DC32A207481070C739FC18F1**.

As demais informações já publicadas referentes ao presente processo permanecem inalteradas.

Diretora Executiva de Licitações e Contratos

EXTRATO: 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 179/2024  
NOME: MUNICÍPIO DE ITAJAÍ  
EMPRESA: SECON CONSTRUÇÕES LTDA  
CNPJ: 02.529.184/0001-07  
QUADRO SOCIETÁRIO: SELANIRA MARIA BASSANI, MARCOS AURELIO BASSANI  
FUNDAMENTO LEGAL: NOS TERMOS DA LEI 14.133/21, DE 01 DE ABRIL DE 2021.  
REFERÊNCIA MODALIDADE: 243698/2025 - 320176/2024-E  
NÚMERO DO PROCESSO: 243698/2025  
OBJETO: CONSTITUI OBJETO DESTES ADITIVOS:  
- A PRORROGAÇÃO POR MAIS 90 (NOVENTA) DIAS TANTO DA EXECUÇÃO DE  
18/07/2025 A 15/10/2025, COMO A DO CONTRATO DE 24/08/2025 A 21/11/2025  
CONFORME JUSTIFICATIVA E SOLICITAÇÃO;  
- O ACRÉSCIMO DE R\$ 87.542,91 (OITENTA E SETE MIL, QUINHENTOS E QUARENTA  
E DOIS REAIS E NOVENTA E UM CENTAVOS), OU SEJA, DE +11,94% DO VALOR  
INICIALMENTE CONTRATADO, DIANTE DA NECESSIDADE DE SERVIÇOS  
COMPLEMENTARES, CONFORME PEDIDO DA SECRETARIA GESTORA (EVENTO 54) E  
PLANILHA (EVENTO 64) ANEXOS AO PROCESSO ADMINISTRATIVO SUPRACITADO.  
DATA ASSINATURA: 28/07/2025

Gabriel Cabral Tocantins  
Auditor Fiscal Municipal  
Matrícula 2356502

EXTRATO: CONTRATO Nº 137/2025  
NOME: MUNICÍPIO DE ITAJAI  
EMPRESA: COOPERATIVA RURAL E ARTESANAL DE ITAJAI - COOPERAR  
CNPJ: 09.333.052/0001-54  
FUNDAMENTO LEGAL: NOS TERMOS DA LEI 14.133/21, DE 01 DE ABRIL DE 2021.  
MODALIDADE: CHAMADA PÚBLICA  
REFERÊNCIA MODALIDADE: CHAMADA PÚBLICA 001/2025  
NÚMERO DO PROCESSO: 89234/2025-E  
OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR.  
DATA ASSINATURA: 28/07/2025  
VIGÊNCIA: A CONTRATAÇÃO SERÁ PELO PRAZO DE 12 MESES A PARTIR DA  
ASSINATURA DO PRESENTE CONTRATO, PODENDO SER PRORROGADO NA FORMA DA LEI.

EXTRATO: 6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 091/2023  
NOME: MUNICÍPIO DE ITAJAÍ  
EMPRESA: CONSÓRCIO VISEU-MERCOLUX  
CNPJ: 48.950.514/0001-34  
QUADRO SOCIETÁRIO: ALEXANDRA CORREA GAYOSO NEVES, MANUEL CARLOS MAIA DE OLIVEIRA, GUILHERME ULTRAMARI GAU, LUIZ BUNKI OTSUKA  
FUNDAMENTO LEGAL: NOS TERMOS DA LEI 8.666/93, DE 21 DE JUNHO DE 1993.  
REFERÊNCIA MODALIDADE: 65050/2025 - 69030/2023-E  
NÚMERO DO PROCESSO: 65050/2025  
OBJETO: CONSTITUIU OBJETO DESTES ADITIVOS A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS PELO PERÍODO DE 120 (CENTO E VINTE) DIAS, OU SEJA, DE 14/07/2025 A 10/11/2025, BEM COMO O DE VIGÊNCIA CONTRATUAL, TAMBÉM POR MAIS 120 (CENTO E VINTE) DIAS, OU SEJA, DE 24/07/2025 A 20/11/2025, ONDE A JUSTIFICATIVA PARA TAL SOLICITAÇÃO É QUE DURANTE A EXECUÇÃO DA OBRA OCORRERAM IMPASSES CONTRATUAIS QUE LEVARAM A TRATATIVAS POSTERIORES QUE IMPACTARAM DIRETAMENTE O CRONOGRAMA  
DATA ASSINATURA: 23/07/2025

**AVISO DE JULGAMENTO PPONTUAÇÃO FINAL PROPOSTA  
PROPOSTA TÉCNICA E PROPOSTA DE PREÇO**

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 002/2025  
Processo SIPE nº 50648/2025

A Comissão Especial de Licitação da Prefeitura de Itajaí – SC, através do seu presidente, informa que o julgamento das propostas da **CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 002/2025 - CONTRATAÇÃO DE AGÊNCIA DE PROPAGANDA**, resultou no seguinte:

PONTUAÇÃO FINAL DAS EMPRESAS PARTICIPANTES:

LICITANTE	NPFT	NPFT 0,70	NPFP	NPFP 0,30	PF
CRIAÇÃO PROPAGANDA E PUBLICIDADE LTDA	2795,00	1956,50	1000	300,00	2256,50
9MM PROPAGANDA LTDA	2775,00	1942,50	1000	300,00	2242,50
TIRIVA PUBLICIDADE E PROPAGANDA LTDA	2695,00	1886,50	1000	300,00	2186,50
TEMPO BRASIL COMUNICAÇÃO LTDA.	2520,00	1764,00	1000	300,00	2064,00
TRADE COMUNICAÇÃO E MARKETING SS LTDA	2515,00	1760,50	1000	300,00	2060,50
TATTICAS COMUNICAÇÃO LTDA	2505,00	1753,50	1000	300,00	2053,50
E21AGÊNCIA DE MULTICOMUNICAÇÃO LTDA.	2500,00	1750,00	1000	300,00	2050,00
ENGENHO DE IDEIAS COMUNICAÇÃO LTDA.	2497,50	1748,25	1000	300,00	2048,25
EZCUZÉ AGÊNCIA DE PROPAGANDA E PUBLICIDADE LTDA	2492,50	1744,75	1000	300,00	2044,75

EMPRESA MELHOR CLASSIFICADA:

criação propaganda e publicidade ltda: pe= 2256,50 pontos

Itajaí, 29 de julho de 2025.

JORGE ALBERTO DE MELLO  
Presidente da Comissão Especial

EXTRATO: 1ºTERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 135/2024  
NOME: MUNICÍPIO DE ITAJAÍ  
EMPRESA: GABRIEL HENRIQUE CORREA DOS SANTOS  
CPF: 125.488.339-84  
QUADRO SOCIETÁRIO: GABRIEL HENRIQUE CORREA DOS SANTOS  
FUNDAMENTO LEGAL: NOS TERMOS DA LEI 14.133/21, DE 01 DE ABRIL DE 2021.  
REFERÊNCIA MODALIDADE: 201464/2025 - 245611/2024-E  
NÚMERO DO PROCESSO: 201464/2025  
OBJETO: CONSTITUI OBJETO DESTES ADITIVO A ALTERAÇÃO SUBJETIVA DO CONTRATO, ORIGINALMENTE FIRMADO COMO PESSOA FÍSICA, PASSANDO PARA PESSOA JURÍDICA. FAZ-SE NECESSÁRIO A ALTERAÇÃO EM VIRTUDE DE IMPEDIMENTO DE REALIZAR O EMPENHO NO CONTRATO PARA A PESSOA FÍSICA, CONFORME COMUNICAÇÃO INTERNA Nº 95/2025 DA SEFAZ .  
SENDO ASSIM, ONDE SE LÊ:  
"CONTRATADA: GABRIEL HENRIQUE CORREA DOS SANTOS, INSCRITO NO CPF SOB Nº 125.XXX.XXX-84, SITA NA RUA HORÁCIO RAMOS GONZAGA, Nº 1341, BAIRRO CORDEIROS, CIDADE ITAJAÍ, ESTADO SANTA CATARINA, CEP: 88.311-258, TELEFONE (47) 99175.4002 A SEGUIR DENOMINADA CONTRATADA (...)"  
LEIA-SE:  
"CONTRATADA: GABRIEL HENRIQUE CORREA DOS SANTOS, SITA NA RUA HORÁCIO RAMOS GONZAGA, Nº 1341, BAIRRO CORDEIROS, CIDADE ITAJAÍ, ESTADO SANTA CATARINA, CEP: 88.311-258, SOB O Nº CNPJ 60.697.098/0001-00 , TELEFONE (47) 99175.4002 TENDO COMO SEU RESPONSÁVEL O SR. GABRIEL HENRIQUE CORREA DOS SANTOS, INSCRITO NO CPF SOB Nº 125.XXX.XXX-84 A SEGUIR DENOMINADA CONTRATADA (...)"  
DATA ASSINATURA: 28/07/2025



Extrato: Primeiro Termo Aditivo - Termo de Fomento nº 003/2025/ Secretaria Municipal de Saúde - SMS

**Primeiro** – Termo Aditivo para prorrogação de prazo e alteração de valor no Termo de Fomento nº 003/2025 celebrado entre o Município de Itajaí através da Secretaria Municipal de Saúde e a Organização Hospital e Maternidade Marieta Konder Bornhausen.

**Objeto:** A execução do presente aditivo dá-se no valor de R\$ 245.000,00 (Duzentos e quarenta e cinco mil reais). O prazo de execução deste Termo Aditivo será até 30 de agosto de 2025.

**Data da assinatura:** 29 de julho de 2025.

**Sergio Murilo Pereira**  
Secretário Municipal de Governo



**Extrato Termo de Fomento nº 012/2025**  
**Emenda Impositiva 087/2025**

**Termo celebrado entre o Município de Itajaí por intermédio da Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania e a Organização da Sociedade Civil Instituto ABCidade**, nos termos da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, redação dada pela Lei Federal 13.204 de 2015, Instrução Normativa nº 049/2018/CGM, Instrução Normativa nº002/2023/PMI-CVI e Lei Municipal nº 5.670/2010 e demais legislações pertinentes.

**Objeto** - O objeto do presente Termo de Fomento é a contratação de equipe de profissionais para execução de serviço destinado à promoção do protagonismo infantil, do desenvolvimento da consciência cidadã e da construção e compreensão corporal de crianças, na faixa etária de 4 (quatro) a 12 (doze) anos incompletos, residentes e/ou domiciliados em todos os bairros de Itajaí.

**Do valor** – R\$ 140.000,00 (Cento e quarenta mil reais).

**Data da Assinatura:** 29 de julho de 2025



**RESULTADO DE LICITAÇÃO**  
**HOMOLOGAÇÃO**

MODALIDADE: **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 075/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO**

O Secretário Municipal de Governo, no uso de suas atribuições, atendendo ao princípio básico da licitação relativo à publicidade, comunica aos interessados que a licitação acima epigrafada foi julgada, sendo adjudicada e homologada a proposta da empresa:

ADJUDICATÁRIA	OBJETO	VALOR TOTAL
SOLO TOPOGRAFIA E GEORREFERENCIAMENTO LTDA (CNPJ 20.522.473/0001-66)	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A ELABORAÇÃO DO PROJETO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA (PRF).	R\$ 148.320,00

**SERGIO MURILO PEREIRA**  
Secretário Municipal de Governo

**RESULTADO DE LICITAÇÃO**  
**HOMOLOGAÇÃO**

MODALIDADE: **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 112/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO**

O Secretário Municipal de Governo, no uso de suas atribuições, atendendo ao princípio básico da licitação relativo à publicidade, comunica aos interessados que a licitação acima epigrafada foi julgada, sendo adjudicada e homologada a proposta da empresa:

ADJUDICATÁRIA	OBJETO	VALOR TOTAL
ECO VERDE AMBIENTAL LTDA (CNPJ 54.615.217/0001-35)	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSERVAÇÃO URBANA, TIPO TAPA BURACO, COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA QUALIFICA E EQUIPAMENTO ESPECIALIZADO.	R\$ 1.030.320,00

**SERGIO MURILO PEREIRA**  
Secretário Municipal de Governo



RESULTADO DE LICITAÇÃO  
HOMOLOGAÇÃO

MODALIDADE: PROCESSO LICITATÓRIO Nº 120/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO

O Secretário Municipal de Governo, no uso de suas atribuições, atendendo ao princípio básico da licitação relativo à publicidade, comunica aos interessados que a licitação acima epigrafada foi julgada, sendo adjudicada e homologada a proposta das empresas:

OBJETO RESUMIDO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE 04 (QUATRO) CAMINHÕES TOCO COM CAÇAMBA BASCULANTE.		
ADJUDICATÁRIA	LOTE	VALOR TOTAL
CONSTRUTORA NOVO HABITHAT LTDA	02,03	R\$ 456.000,00
KUHRA – PRESTADORA DE SERVIÇOS E TERRAPLENAGEM LTDA	01,04	R\$ 441.599,88

SERGIO MURILO PEREIRA  
Secretário Municipal de Governo

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 140/2025

CHAVE TCE: AD0D54284F1D656A0F41BF69EB9FFA2718358A43  
O MUNICÍPIO DE ITAJAÍ torna público que até as 08h30min do dia 12 de agosto de 2025, receberá propostas no endereço eletrônico <https://bnccompras.com/>, referente à Licitação, na modalidade Pregão Eletrônico, do tipo Menor Lance, cujo objeto é **REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS, PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.** A SESSÃO PÚBLICA DE DISPUTA DE PREÇOS OCORRERÁ ÀS 08h31min DO DIA 12 DE AGOSTO DE 2025. Os interessados poderão acessar o edital no endereço eletrônico mencionado acima ou através do site [www.itajai.sc.gov.br](http://www.itajai.sc.gov.br). Maiores informações no e-mail [licitacoes@itajai.sc.gov.br](mailto:licitacoes@itajai.sc.gov.br).

Itajaí (SC), 24 de julho de 2025.  
SERGIO MURILO PEREIRA  
Secretário Municipal de Governo

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 141/2025

CHAVE TCE: 36BB1FB3A35AA97CD4F2951ACBADD4B75338D74D  
O MUNICÍPIO DE ITAJAÍ torna público que até as 14h00min do dia 12 de agosto de 2025, receberá propostas no endereço eletrônico <https://bnccompras.com/>, referente à Licitação, na modalidade Pregão Eletrônico, do tipo Menor Lance, cujo objeto é **REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE HORTIFRUTIGRANJEIRO PARA AS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES.** A SESSÃO PÚBLICA DE DISPUTA DE PREÇOS OCORRERÁ ÀS 14h01min DO DIA 12 DE AGOSTO DE 2025. Os interessados poderão acessar o edital no endereço eletrônico mencionado acima ou através do site [www.itajai.sc.gov.br](http://www.itajai.sc.gov.br). Maiores informações no e-mail [licitacoes@itajai.sc.gov.br](mailto:licitacoes@itajai.sc.gov.br).

Itajaí (SC), 24 de julho de 2025.  
SERGIO MURILO PEREIRA  
Secretário Municipal de Governo

## ATOS DA SEC. DE SAÚDE



EXTRATO: CONTRATO 171/2025  
NOME: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAJAÍ  
CONTRATADA: GENTE SEGURADORA S/A  
CNPJ: 90.000.000/0000-00  
FUNDAMENTO LEGAL: NOS TERMOS DA LEI 14.133/2021  
NÚMERO DO PROCESSO: SIPE Nº 146528/2025  
DATA DE ASSINATURA: 24/07/25  
DATA DE VIGÊNCIA: 24/07/25  
OBJETO: SEGURO DA FROTA para atender a demanda da Secretaria Municipal de Saúde.  
VALOR TOTAL: R\$ 29.499,96 (vinte e nove mil, quatrocentos e noventa e nove reais, noventa e seis centavos).

Quadro societário:

- EDUARDO WAIS  
- TANIA WAIS  
- SERGIO SUSLIK WAIS  
- MARCELO WAIS

## ATOS DA SEDUH



MUNICÍPIO DE ITAJAÍ  
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO  
AUDITORIA FISCAL MUNICIPAL  
Rua Alberto Werner, 100 - Vila Operária  
88304-053 - Itajaí - Santa Catarina

NOTIFICAÇÃO  
5652JG/2025

DATA: 24/07/2025  
HORA: 17:38

CPF/CNPJ  
84.298.900/0001-57  
CADASTRO/INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA  
201.072.01.0493.0000.000

NOTIFICADOS(A)  
DISTRIBUIDORA MULLER COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA

LOCAL DA INFRAÇÃO  
MOREIRA - BECO DO, N150 - CENTRO

DESCRIÇÃO DA INFRAÇÃO  
DEPÓSITO DE MATERIAIS SOBRE O PASSEIO PÚBLICO, IMPEDINDO O TRÂNSITO LIVRE E SEGURO DE PEDESTRES.

OBRIGAÇÕES (O DESCUMPRIMENTO DESTA PODERÁ ACARRETER AS SANÇÕES PREVISTAS EM LEI)  
REGULARIZAR-SE PERANTE O PODER PÚBLICO MUNICIPAL.  
PROVIDENCIAR A RETIRADA DO MATERIAL DEPOSITADO SOBRE O PASSEIO.

PRAZO PARA O CUMPRIMENTO DESTA NOTIFICAÇÃO  
3 (TRÊS) HORAS, A PARTIR DO RECEBIMENTO DESTA.  
O DESCUMPRIMENTO DESTA PODERÁ ACARRETER AS SANÇÕES PREVISTAS EM LEI.

### FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Lei 2734/1992 - Art. 8º - Fica expressamente proibido nos logradouros públicos:  
III - obstruir ou concorrer, direto ou indiretamente, para obstrução de valos, calhas, bueiros ou bocas de lobo, ou impedir, por qualquer forma, o escoamento das águas;  
V - depositar materiais de qualquer natureza, ou efetuar preparo de argamassa sobre passeios ou pistas de rolamento;

Lei 2734/1992 - Art. 20 - É proibido embarcar ou impedir, por qualquer meio, o livre trânsito de pedestres ou veículos nas ruas, praças, passeios, estradas e caminhos públicos, exceto para efeito de obras públicas, feiras-livres ou quando exigências policiais o determinarem.

Lei 2734/1992 - Art. 21 - Compreende-se na proibição do artigo anterior o depósito de quaisquer materiais, inclusive de construção, nas vias públicas em geral.

§ 1º - Tratando-se de materiais cuja descarga não possa ser feita diretamente no interior dos prédios, a mesma será tolerada, bem como a permanência do material na via pública, com um mínimo de prejuízo ao trânsito, por tempo não superior a 03 (três) horas, respeitadas as normas e horários permitidos.

§ 2º - Nos casos previstos no parágrafo anterior, os responsáveis pelos materiais depositados na via pública deverão advertir os veículos, a distância conveniente, dos prejuízos causados ao livre trânsito.

RECEBIDO (ART. 114 DA LEI Nº 467/2024)  
EM \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ POR:

PUBLICAÇÃO EM DIÁRIO OFICIAL

ASSINATURA (ART. 115 DA LEI Nº 467/2024)

NOME:  
CPF:  
OBSERVAÇÕES:

JULIANA GINKLINGS  
AUDITORIA FISCAL MUNICIPAL  
MATRÍCULA 2347601

RECURSO ADMINISTRATIVO: O requerente poderá apresentar defesa a este ato fiscal com as provas documentais que pretenda produzir. Para tanto, o recurso deverá ser protocolado digitalmente via Aprova Digital, acessando <https://itajai.prefeituras.net/login>. Para mais informações, o requerente deverá entrar em contato com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação.



MUNICÍPIO DE ITAJAÍ  
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO  
AUDITORIA FISCAL MUNICIPAL  
Rua Alberto Werner, 100 - Vila Operária  
88304-053 - Itajaí - Santa Catarina

## NOTIFICAÇÃO 5655JG/2025

DATA: 24/07/2025  
HORA: 17:50

NOTIFICADOS(A/S)

ANA LUIZA DE OLIVEIRA BARBOSA

LOCAL DA INFRAÇÃO

ALMIRANTE TAMANDARE, N199 - CENTRO

DESCRIÇÃO DA INFRAÇÃO

IMÓVEL, DE SUA RESPONSABILIDADE, EM ESTADO DE MÁ CONSERVAÇÃO DE LIMPEZA, LOCALIZADO NA ALMIRANTE TAMANDARE, N199 - CENTRO.

OBRIGAÇÕES (O DESCUMPRIMENTO DESTA PODERÁ ACARRETRAR AS SANÇÕES PREVISTAS EM LEI)

REGULARIZAR-SE PERANTE O PODER PÚBLICO MUNICIPAL.

PROVIDENCIAR A LIMPEZA/ROÇADA/DRENAGEM DO IMÓVEL, SEM DEIXAR DE OBSERVAR AS DISPOSIÇÕES DO INIS QUANTO A SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO, EM ESPECIAL AS RELACIONADAS ÀS ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE.

PRAZO PARA O CUMPRIMENTO DESTA NOTIFICAÇÃO

30 (TRINTA) DIAS, A PARTIR DO RECEBIMENTO DESTA.

EM CASO DE DESCUMPRIMENTO SERÁ LAVRADO AUTO DE INFRAÇÃO CONFORME ART. 2º DA LEI 4.313/2005.

### FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Lei 4.313/2005 - Art. 1º - É obrigação legal do proprietário ou possuidor a qualquer título, de imóvel localizado na zona urbana do Município, o dever de conservá-lo e mantê-lo em perfeito estado de limpeza, providenciando a eliminação das águas estagnadas e de quaisquer outros detritos prejudiciais à saúde e à segurança.

Parágrafo único. Constatado o não cumprimento das obrigações previstas no caput deste artigo, será o proprietário ou possuidor a qualquer título do imóvel, notificado, e terá o prazo inicial de 30(trinta) dias para satisfazê-las.

Lei 4.313/2005 - Art. 2º - Decorridos os 30(trinta) dias da notificação será emitida autuação com multa, segundo a metragem do imóvel, conforme discriminado a seguir:

05 UFM - imóveis até 200 m²

07 UFM - imóveis até 1000 m²

10 UFM - imóveis acima de 1000 m²

RECEBIDO (ART. 5º DA LEI Nº 4.313/2005)

EM \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_ POR:

PUBLICAÇÃO EM DIÁRIO OFICIAL

NOME:

CPF:

OBSERVAÇÕES:

ASSINATURA

JULIANA GINKLINGS  
AUDITOR(A) FISCAL MUNICIPAL  
MATRÍCULA 2347601

RECURSO ADMINISTRATIVO: O requerente poderá apresentar defesa a este auto fiscal com as provas documentais que pretenda produzir. Para tanto, o recurso deverá ser protocolado digitalmente via Aprova Digital, acessando <https://itajai.prefeituras.net/login>. Para mais informações, o requerente deverá entrar em contato com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação.



MUNICÍPIO DE ITAJAÍ  
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO  
AUDITORIA FISCAL MUNICIPAL  
Rua Alberto Werner, 100 - Vila Operária  
88304-053 - Itajaí - Santa Catarina

## NOTIFICAÇÃO 5654JG/2025

DATA: 24/07/2025  
HORA: 17:53

NOTIFICADOS(A/S)

ANA LUIZA DE OLIVEIRA BARBOSA

LOCAL DA INFRAÇÃO

ALMIRANTE TAMANDARE, N183 - CENTRO

DESCRIÇÃO DA INFRAÇÃO

IMÓVEL, DE SUA RESPONSABILIDADE, EM ESTADO DE MÁ CONSERVAÇÃO DE LIMPEZA, LOCALIZADO NA ALMIRANTE TAMANDARE, N183 - CENTRO.

OBRIGAÇÕES (O DESCUMPRIMENTO DESTA PODERÁ ACARRETRAR AS SANÇÕES PREVISTAS EM LEI)

REGULARIZAR-SE PERANTE O PODER PÚBLICO MUNICIPAL.

PROVIDENCIAR A LIMPEZA/ROÇADA/DRENAGEM DO IMÓVEL, SEM DEIXAR DE OBSERVAR AS DISPOSIÇÕES DO INIS QUANTO A SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO, EM ESPECIAL AS RELACIONADAS ÀS ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE.

PRAZO PARA O CUMPRIMENTO DESTA NOTIFICAÇÃO

30 (TRINTA) DIAS, A PARTIR DO RECEBIMENTO DESTA.

EM CASO DE DESCUMPRIMENTO SERÁ LAVRADO AUTO DE INFRAÇÃO CONFORME ART. 2º DA LEI 4.313/2005.

### FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Lei 4.313/2005 - Art. 1º - É obrigação legal do proprietário ou possuidor a qualquer título, de imóvel localizado na zona urbana do Município, o dever de conservá-lo e mantê-lo em perfeito estado de limpeza, providenciando a eliminação das águas estagnadas e de quaisquer outros detritos prejudiciais à saúde e à segurança.

Parágrafo único. Constatado o não cumprimento das obrigações previstas no caput deste artigo, será o proprietário ou possuidor a qualquer título do imóvel, notificado, e terá o prazo inicial de 30(trinta) dias para satisfazê-las.

Lei 4.313/2005 - Art. 2º - Decorridos os 30(trinta) dias da notificação será emitida autuação com multa, segundo a metragem do imóvel, conforme discriminado a seguir:

05 UFM - imóveis até 200 m²

07 UFM - imóveis até 1000 m²

10 UFM - imóveis acima de 1000 m²

RECEBIDO (ART. 5º DA LEI Nº 4.313/2005)

EM \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_ POR:

PUBLICAÇÃO EM DIÁRIO OFICIAL

NOME:

CPF:

OBSERVAÇÕES:

ASSINATURA

JULIANA GINKLINGS  
AUDITOR(A) FISCAL MUNICIPAL  
MATRÍCULA 2347601

RECURSO ADMINISTRATIVO: O requerente poderá apresentar defesa a este auto fiscal com as provas documentais que pretenda produzir. Para tanto, o recurso deverá ser protocolado digitalmente via Aprova Digital, acessando <https://itajai.prefeituras.net/login>. Para mais informações, o requerente deverá entrar em contato com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação.



MUNICÍPIO DE ITAJAÍ  
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO  
AUDITORIA FISCAL MUNICIPAL  
Rua Alberto Werner, 100 - Vila Operária  
88304-053 - Itajaí - Santa Catarina

## NOTIFICAÇÃO 5655JG/2025

DATA: 24/07/2025  
HORA: 18:00

CPF/CNPJ

80.118.508/0001-28

CADASTRO/INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA

204.021.01.0074.0000.000

INTIMADO

SAVEIRO ADMINISTRADORA DE BENS LTDA

LOCAL DA INFRAÇÃO

SETE DE SETEMBRO, N1273 - FAZENDA

DESCRIÇÃO DA INFRAÇÃO

REBAIXO DO MEIO-FIO EXCEDENDO O LIMITE MÁXIMO PERMITIDO, EM DESACORDO COM A LEI COMPLEMENTAR Nº 114/2007 (LEI DE CALÇADAS).

FICA O SUPRA IDENTIFICADO INTIMADO A

PROVIDENCIAR A ADEQUAÇÃO DO MEIO-FIO PARA QUE HAJA CONFORMIDADE COM AS DIRETRIZES PREVISTAS NA CITADA LEI. O MEIO-FIO PODERÁ SER REBAIXADO ATÉ 50% DA TESTADA DO IMÓVEL.

PRAZO PARA O CUMPRIMENTO DESTA INTIMAÇÃO (O DESCUMPRIMENTO DESTA PODERÁ ACARRETRAR AS SANÇÕES PREVISTAS EM LEI).

60 (SESSENTA) DIAS, A PARTIR DO RECEBIMENTO DESTA.

### FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Lei Complementar 114/2007 - Art. 1º - As calçadas são partes integrantes da via pública, destinadas, prioritariamente, à circulação de pessoas, sendo obrigatória sua construção em todas as testadas dos terrenos, edificadas ou não, que possuam meio-fio, garantindo ao pedestre o deslocamento com acessibilidade e segurança, de conformidade com as normas vigentes.

Lei Complementar 114/2007 - Art. 3º - Existindo meio-fio, o proprietário ou possuidor de imóvel, a qualquer título, edificado ou não, deverá construir, obrigatoriamente, o respectivo calçada na extensão correspondente à sua testada e mantê-la em perfeito estado de conservação, observadas as especificações técnicas da Órgão competente.

Parágrafo Único. Considera-se em "mau estado de conservação", as calçadas que apresentem buracos, ondulações, desníveis ou a presença de obstáculos que impeçam o trânsito livre e seguro dos pedestres, bem como aqueles cujos aspectos técnicos estejam em desacordo com as normas técnicas e regulamentares.

Lei Complementar 114/2007 - Art. 12 - IV - Nas calçadas com largura superior a 1,6 metros, deverá, obrigatoriamente, ser instalado o piso "podotátil" a uma distância de 60 (sessenta) centímetros do alinhamento da muro, conforme pauta apresentada pela Secretaria Municipal de Urbanismo;  
IX - O rebaixo para veículos e pedestres deverá ser previsto junto à faixa de serviço, e ocupará no máximo 20% (vinte por cento) da largura da calçada, podendo ser rebaixado até 50% (cinquenta por cento) da testada do imóvel, exceto para terrenos com testada menor que 10m (dez metros), que poderão utilizar o rebaixo de até 5m (cinco metros).

Lei Complementar 114/2007 - Art. 20- Caso seja constatado que o proprietário ou possuidor de imóvel, a qualquer título, edificado ou não, que possua meio-fio, não tenha construído a respectiva calçada na extensão correspondente à sua testada, esteja em mau estado de conservação, nos termos do parágrafo único do art. 3º desta Lei, ou não seja dotada da necessária acessibilidade e segurança, será o proprietário ou possuidor notificado para, no prazo de 60 (sessenta) dias, realizar o devida construção ou reparação.

§ 2º Decorridos o prazo da notificação prevista no caput, em caso de seu descumprimento, poderá o proprietário ou possuidor ser autuado, com multa no valor de 0,5 (zero vírgula cinco) Unidades Fiscais do Município por metro quadrado de calçada, a ser paga no prazo máximo de 20 (vinte) dias a partir da ciência da penalidade, em favor do Fundo Municipal de Gestão e Desenvolvimento Territorial.

Observação: o anexo II da Lei Complementar 114/2007 informa os modelos de calçadas para cada largura, contendo os tipos de materiais aceitos, as distâncias entre cada elemento e os parâmetros para execução de rampas em esquinas, com as declividades permitidas.

RECEBIDO EM \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

PUBLICAÇÃO EM DIÁRIO OFICIAL

NOME:

CPF:

O requerente poderá apresentar defesa a este auto fiscal com as provas documentais que pretenda produzir. Para tanto, o recurso deverá ser protocolado digitalmente via Aprova Digital, acessando <https://itajai.prefeituras.net/login>. Para mais informações, o requerente deverá entrar em contato com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação.

ASSINATURA DO INTIMADO  
OU DE SEU REPRESENTANTE

JULIANA GINKLINGS  
AUDITOR(A) FISCAL MUNICIPAL  
MATRÍCULA 2347601

# ATOS DA PROCURADORIA



MUNICÍPIO DE ITAJAÍ  
PROCURADORIA-GERAL  
PROCURADORIA LEGISLATIVA

DECRETO Nº 13.699, DE 23 DE JULHO DE 2025.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, AUTORIZADO PELA LEI MUNICIPAL Nº 7.746, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2024, PARA ATENDER AS DESPESAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS.

O Prefeito de Itajaí, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no Art. 47, inciso VII, da Lei Orgânica do Município de Itajaí, bem como no Art. 6º, inciso I, da Lei Municipal nº 7.746, de 20 de dezembro de 2024, e, considerando o teor do processo administrativo nº 245763/2025-e,

### DECRETO:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar até a importância de **R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais)**, destinado a suplementar as dotações abaixo descritas, pertencentes ao orçamento municipal vigente, referente ao pagamento de despesas de custeio e capital da Secretaria, com recurso de desvinculação das receitas da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP:

Órgão: 8000 – Secretaria Municipal de Obras  
Unidade orçamentária: 8008 – Secretaria Municipal de Obras  
Funcional-programática: 15.451.5  
Ação: 2.314 – Operacionalização e Manutenção da Infraestrutura Viária  
Modalidade de Aplicação/Recurso: 3.3.90.00.00/876  
Fonte: 100015 – Destinação: 1.751.7007  
Valor: R\$ 2.000.000,00  
Órgão: 8000 – Secretaria Municipal de Obras  
Unidade orçamentária: 8008 – Secretaria Municipal de Obras  
Funcional-programática: 15.451.5  
Ação: 2.314 – Operacionalização e Manutenção da Infraestrutura Viária  
Modalidade de Aplicação/Recurso: 4.4.90.00.00/877  
Fonte: 100015 – Destinação: 1.751.7007  
Valor: R\$ 4.000.000,00

Art. 2º O crédito aberto no Art. 1º será coberto com recurso proveniente de provável excesso de arrecadação na fonte de recurso.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Itajaí, 23 de julho de 2025.

ROBISON JOSÉ COELHO  
Prefeito Municipal

MÁRCIO CRISTIANO DORNELLES DIAS  
Procurador-Geral do Município

RUA ALBERTO WERNER, 100 – VILA OPERÁRIA - ITAJAÍ/SC – CEP 88.304-053  
FONE (47) 3341-6000



**MUNICÍPIO DE ITAJAÍ**  
**PROCURADORIA-GERAL**  
**PROCURADORIA LEGISLATIVA**

**DECRETO Nº 13.703, DE 25 DE JULHO DE 2025.**

**SUBSTITUI MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL  
DE TURISMO.**

O Prefeito de Itajaí, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 47, inciso VII, da Lei Orgânica do Município de Itajaí, bem como na Lei nº 3.148, de 20 de dezembro de 1996, e no Decreto nº 11.680, de 22 de agosto de 2019 e, ainda, considerando o teor do processo administrativo nº 245640/2025-e,

**DECRETA:**

**Art. 1º** Ficam nomeados para compor o Conselho Municipal de Turismo, em substituição à nomeação feita através do Decreto nº 13.550 de 19 de março de 2025, os seguintes membros:

- Representante da Secretaria Municipal de Turismo e Eventos:  
Suplente: Cassia Gisele da Rosa Fiorenzano, substituindo Thiago de Sá Oliveira

- Representantes da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação:  
Titular: Ricardo Rebelo da Cunha, substituindo Paulo Jaco Rech  
Suplente: Lidia Granemann Gemo, substituindo Nathane Cristine Maia dos Reis Brasil

**Art. 2º** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Itajaí, 25 de julho de 2025.

**ROBISON JOSÉ COELHO**  
Prefeito Municipal

**MÁRCIO CRISTIANO DORNELLES DIAS**  
Procurador-Geral do Município

RUA ALBERTO WERNER, 100 – VILA OPERÁRIA - ITAJAÍ/SC – CEP 88.304-053  
FONE (47) 3341-6000

# O NOSSO JORNAL!

## Transparência e informação.

